



O feitiço contra o feiticeiro

∞ Merval Pereira

Colunista de O Globo.

O Governo Lula trabalhou desde o início com os pequenos partidos de linha conservadora e chegou a incentivar a migração de políticos para esses partidos. O que se viu foi uma aparente vitória dessa estratégia e, depois, o Governo ficar refém. Com o aprofundamento da política econômica herdada do Governo anterior, a esquerda do PT passou a contestar cada vez mais abertamente a direção partidária e o Governo.

Dois anos e meio depois de ter sido eleito por uma confluência de interesses dispersos, das classes populares tanto quanto das média e alta, que convergiam na exigência de mudanças na desgastada política econômica do Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), primeiro Presidente brasileiro, devido à aprovação do mecanismo da reeleição, a permanecer no poder por oito anos seguidos em tempos de democracia, o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva se debate em contradições que emperram a administração e levam a reveses, como a recente crise política desencadeada pelas denúncias de corrupção em órgãos estatais e agravada pela acusação do deputado Roberto Jefferson, Presidente do PTB, de que o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT), Delúbio Soares, comprava o voto de deputados à base de mesadas de R\$30 000.

A crise teve início, na verdade, com a eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados de Severino Cavalcanti, um deputado nordestino do PP conhecido, sobretudo, pelo fisiologismo de suas posições. Esta nova crise política, causada por motivos que misturam desde interesses pessoais contrariados, até o mero desejo de forças políticas de infligir uma derrota ao Governo, é conseqüência principalmente da incapacidade do PT de abrir espaços para a atuação dos partidos aliados, o que já havia levado a uma derrota política importante nas recentes eleições municipais.

A derrota na Câmara dos Deputados traz na sua raiz a desagregação partidária promovida pelo PT desde o início do Governo Lula, manobra política utilizada pelo Palácio do Planalto para montar uma base parlamentar *inexpugnável* de apoio ao Governo.

Essas barafundas políticas só acontecem porque o Governo Federal tenta acionar cada vez com mais força seu rolo compressor em busca da hegemonia política, como se ela pudesse ser fabricada esvaziando a oposição e inflando os partidos da base aliada, deixando o PT *limpo* nessa operação, sem se contaminar com o chamado «baixo clero», aqueles deputados que mudam de partido como quem muda de camisa, ao primeiro aceno do Governo. Foi esse «baixo clero», em essência conservador, que inicialmente reagiu à tentativa do Governo de impor para a Presidência da Câmara um candidato com forte acento esquerdista.

O PFL, que começou a legislatura com 84 deputados federais, foi minguan-do e já está com apenas 61. O PSDB, que elegeu 70 deputados, tem hoje 51. Em compensação, os partidos da base governistas incharam: o PTB começou com 26 deputados e hoje tem 49. O PL elegeu 26 deputados e hoje tem quase o dobro: 50. O PMDB, que ninguém sabe de que lado é, esteve por momentos com a maior bancada da Câmara, mas voltou a ter 90 deputados, um a menos que o PT, que elegeu 91 deputados federais e hoje tem a bancada do mesmo tamanho,

apesar das expulsões. Seletivo, não é qualquer um que eles aceitam no partido: apenas dois ou três deputados entraram na legenda nos últimos dois anos.

Mais uma vez o PT está sendo atacado com seu próprio veneno, pois sempre foi costume do partido, quando na oposição, não respeitar a tradição da proporcionalidade para preenchimento das vagas na Mesa Diretora e apresentar candidato alternativo à Presidência da Câmara. Essa era uma tática política do PT, para marcar posição, e os candidatos – de certa feita o próprio José Genoíno, hoje Presidente do PT, fez esse papel – sempre foram apontados oficialmente pela bancada *petista*. Desta vez, o partido perdeu o controle da situação e viu nascer em suas entranhas uma candidatura avulsa que não desejava, a do deputado federal mineiro Virgílio Guimarães, prestes a receber uma punição rigorosa que pode chegar à suspensão por até um ano do partido.

Na verdade, foram raras as vezes em que houve candidaturas avulsas na Câmara, as disputas sempre eram decididas dentro das bancadas, o que garantia ao processo uma estabilidade institucional que o livrava dos interesses pessoais, que desta vez prevaleceram. Este é apenas o mais recente episódio em que a política adotada pelo PT quando oposição, se volta contra o Governo *petista*. Basta lembrar que o PT votou contra o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que mudou radicalmente o financiamento do ensino fundamental no país; contra a criação da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF); contra a Lei de Responsabilidade Fiscal; contra a reforma da Previdência; contra a privatização das telecomunicações, entre muitos outros votos não.

Esses são alguns exemplos, retirados de uma lista imensa de votações, de pontos que, chegando o PT ao Governo, tiveram que receber tratamento completamente diverso daquele que a linguagem oposicionista ditava insensatamente. Hoje, a CPMF, além de útil no combate à sonegação fiscal, é tão imprescindível para fechar as contas públicas que o próprio Governo *petista* quis transformá-la em permanente na reforma tributária. O Fundef promoveu uma transformação radical na estrutura de financiamento do ensino fundamental no País, provocando o aumento médio da remuneração dos professores de quase 30%, sendo que no Nordeste esse aumento chegou a 60%.

O número de alunos matriculados nas redes públicas do País cresceu. O número de professores do ensino fundamental aumentou em 10%. Tudo isso aconteceu contra o voto do PT. Deu tão certo que hoje o Governo *petista* está preparando o lançamento do Fundeb, englobando todo o ensino básico. Por sua vez, a Lei de Responsabilidade Fiscal é tão fundamental para o equilíbrio das contas públicas que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci – que como

deputado federal votou contra ela – já disse que o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan merece uma estátua por ter renegociado as dívidas dos Estados.

O PT já foi chamado de «UDN de macacão» por Leonel Brizola, craque em colocar apelidos certos nos adversários. Era uma referência a tradicional partido político brasileiro já extinto, que tinha como marca o moralismo exacerbado. Pois o PT, durante mais de duas décadas, arvorou-se em reserva moral da Nação, com o beneplácito da opinião pública que via nele qualidades que, chegando ao poder, revelaram-se, na maioria, inexistentes. Apontava o dedo acusador para qualquer desvio, mesmo quando desvio comprovado não houvesse, mas apenas mera suspeita. Sobre os adversários, qualquer suspeita tornava-se culpa provada. Hoje, mesmo os erros comprovados tornam-se meras suposições.

A mistura do público com o privado tem sido recorrente no Governo *petista*, desde questões triviais, como plantar uma estrela, símbolo do partido, num canteiro do Palácio da Alvorada, residência oficial do Presidente onde outrora já reinou a jardinagem de um Burle Marx, até levar Michelle, a cadelinha da família da Silva, de um lado para o outro de carro oficial, ou o uso de aviões e lanchas do Governo para passeios de filhos e amigos de filhos do Presidente. Prática que, quando adotada por autoridades de governos anteriores, foi denunciada pelo PT como grave desvio do uso de bens públicos. Outras questões mais complexas, no entanto, envolvem os interesses financeiros do partido do Governo. A começar pelo escândalo do assessor do Gabinete Civil, Waldomiro Diniz, filmado ao extorquir um bicheiro, caso ainda em meio a apurações.

O tesoureiro do PT, Delúbio Soares, já foi flagrado dentro do Palácio do Planalto conversando com um empreiteiro e considerou-se normal esse seu livre trânsito. O Banco do Brasil comprou lugares em um show de música sertaneja em benefício do novo prédio da sede do PT, e tudo ficaria por isso mesmo se não fosse denunciado pela imprensa. As novas contratações de servidores públicos incham os cofres do partido, que continua cobrando um dízimo de seus filiados nomeados para o Governo.

Quando os jornais noticiaram que o Governo estava comprando, entre outras coisas para o Palácio Alvorada, os hoje famosos roupões de algodão «obrigatoriamente egípcio», foi uma surpresa. Os roupões ficarão ligados, mesmo que injustamente, à imagem do ex-operário Presidente, como exemplo de que chegar ao Poder fez com que se entregasse às mordomias que antes criticava.

Os gastos muitas vezes exagerados das residências oficiais foram alvo de denúncias *petistas* por várias administrações, e foram os *petistas* que descobriram como utilizar o Sistema de Acompanhamento e Fiscalização (SIAFI),

de uso exclusivo dos congressistas, para basear as denúncias. Sistema que agora a oposição manobra com a mesma perícia, encontrando os mesmos exauros nos gastos oficiais, e ao qual o Governo *petista* tentou evitar que os parlamentares tivessem acesso, sem sucesso diante do protesto geral.

O começo do ano não foi bom para o Governo na questão ética, com a chegada a Brasília do novo Airbus da Presidência da República, comprado por mais de 55 milhões de dólares, depois de o PT ter empreendido durante anos campanhas vigorosas de denúncias contra a compra pelo Governo anterior. Nada mais parecido com um tucano do que um *petista* no poder, diz a velha piada que anda sendo muito repetida ultimamente, às vezes com uma ponta de decepção, outras com forte dose de sarcasmo, dependendo da origem e das intenções de quem a conta. Provocando irritação tanto em tucanos quanto em *petistas*.

O Governo, completados dois anos e meio de operação, desperta sentimentos contraditórios dentro da sociedade e de seu próprio partido, que se debate numa eterna disputa interna. Assim como o PSDB nasceu social-democrata, numa dissidência contra o hoje já folclórico fisiologismo do PMDB, e teve que se coligar a forças conservadoras para governar, também o PT passa pela dura experiência de lidar com a realidade sem se desfigurar. O mesmo PT que fez uma oposição tão radical e constante durante tantos anos, tentando transformar o PSDB em um partido de direita, agora no poder está mostrando que partido de esquerda não é sinônimo de irresponsabilidade, nem pode ser contra tudo e contra todos. E, por isso, também é acusado pela esquerda radical de ter ido *para a direita*.

As limitações da realidade estão se impondo e as utopias, para serem mantidas, têm que comer a poeira da estrada, «conviver com o imperfeito, desprezando a perfeição», na poesia do ministro da Cultura Gilberto Gil. O problema é que, por ignorância ou ingenuidade, alguns políticos oriundos da esquerda do PT, como a senadora Heloisa Helena, e os deputados federais Babá e Dr. Rosinha – que uma vez serviu de escudo-humano para o ditador Saddam Hussein, numa tosca tentativa de protegê-lo do ataque americano – acreditavam naquele radicalismo todo, enquanto a cúpula partidária estava apenas *fazendo política*. Agora, é difícil explicar a esse tipo de político que a vida real é diferente. Até onde a vista alcança, a única chance de a esquerda *petista* conseguir alguma coisa nesse Governo é se manter dentro do partido, torcendo para que a política econômica dê errado. Porque, se der certo como está dando, nunca mais a esquerda terá espaço para seus radicalismos e os esquerdistas acabarão confinados num P-SOL desses qualquer, ou mesmo fora do Congresso.

Apesar da expulsão de alguns dissidentes, ainda há muita gente dentro do

PT com o pé atrás em relação à política econômica do Governo. Mesmo depois de o Presidente Lula ter declarado publicamente que orientou seu ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a ser «bastante conservador» na condução da economia, há filiados do PT que ainda não entenderam o que está acontecendo. Há ainda quem tente se enganar achando que Palocci está enganando os banqueiros internacionais e o FMI. Mas se enganados houver, esses, ao que tudo indica, são os próprios *petistas* radicais que ainda sonham com uma mudança de rumos do Governo. A não renovação do acordo com o FMI foi anunciada mais para agradar a essa turma, que continua se enganando. O acordo não foi renovado, mas as premissas da política econômica continuam as mesmas.

Foi também para agradar a esses quadros da esquerda, que na maioria está se afastando do partido, que a cúpula do PT inventou a candidatura do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh à Presidência da Câmara, no que seria uma sinalização para a retomada de uma aliança para a reeleição de 2006.

Para sanear as relações congressuais, o PT no Governo teria a chance de fazer a reforma política, mas encontra-se em uma encruzilhada: os partidos aliados mais fisiológicos, como o PP e o PTB, já vetaram a reforma nos termos em que está proposta no Congresso, com a lista fechada de candidatos e financiamento público de campanha. Ao contrário, o grupo do novo Presidente Severino Cavalcanti quer fazer uma reforma que amplie os poderes individuais dos políticos, com o fim da verticalização da eleição, o que permitirá que os partidos apoiem qualquer candidato em qualquer Estado e para a Presidência, sem a vinculação hoje obrigatória. E a redução das cláusulas de barreira, previstas para entrarem em vigor nas próximas eleições. Rigorosas, exigindo um mínimo de 5% dos votos nacionais e pelo menos nove Estados acima de 3% dos votos, essas regras podem reduzir a meia dúzia os partidos com representação no Congresso.

A fidelidade partidária, vista como um instrumento de coação política instituído pela ditadura militar, se mostrou ao longo do tempo uma necessidade para a organização do jogo partidário brasileiro. Não temos ainda cultura política suficiente para evitar esse troca-troca de partidos apenas pela consciência do parlamentar, ou pela rejeição do eleitorado ao vira-casaca. No Brasil se vota mais no candidato do que no partido, e uma reforma política digna do nome terá que reforçar nas regras do jogo a fidelidade partidária, para que o quadro político ganhe um mínimo de coerência. E para que as voções tenham respaldo partidário. Mas como exigir fidelidade quando a infidelidade é estimulada pelo próprio Governo?

A crise que está atingindo no momento o Partido dos Trabalhadores nada tem a ver com as anteriores quando problemas ideológicos, em momentos de-

cisivos da história do país, fizeram com que o partido assumisse posições radicais contra seus dissidentes. Erraram das outras vezes, como quando puniram os três deputados que queriam votar no Colégio Eleitoral em Tancredo Neves, ou quando não aceitaram que a ex-prefeita paulista Luiza Erundina fosse ministra no Governo de Itamar Franco. Erraram e se arrependeram desses erros que custaram, no caso da eleição de Tancredo, lágrimas amargas como o próprio Presidente Lula já admitiu.

Não é o caso de agora, quando o PT tem como papel principal respaldar as ações do Governo numa crise que envolve não questões políticas, mas denúncias de corrupção. O que falta aos dissidentes como o deputado Virgílio Guimarães não é coerência política, mas compreensão do momento que o país e o partido vivem, a mesma falta de compreensão que levou o PT a tomar as atitudes radicais que hoje lamenta. Em meio à balburdia em que se transformou o Governo Lula, que dá a sensação de estar por aí, com suas contradições e indefinições, há muito mais tempo do que apenas dois anos, uma coisa positiva se destaca: o pleno funcionamento da democracia brasileira.

Dá gosto ver a troca de papéis, com o senador Jorge Bornhausen, Presidente do PFL, estreando no papel de oposição. E o senador do PSDB Arthur Virgílio descarregar aquela fúria que o consome não para defender, mas para atacar o Governo. E ver o líder do Governo, o senador Aloizio Mercadante, abjurando todos os seus pensamentos anteriores para defender a alta dos juros com a mesma argumentação que criticava nos economistas do Governo anterior.

Esquecendo a retórica de «mudar tudo o que está aí», que prevaleceu no partido até a primeira parte da campanha eleitoral, e ficando com as promessas da «Carta aos Brasileiros», onde se comprometeu com o equilíbrio fiscal e as reformas estruturais da economia brasileira, Lula vai firmando sua liderança mais na base de seu carisma e da relação direta com a população, em meio a um Governo dúbio e ineficiente. Há uma tradicional definição política que diz que as promessas de campanha são o túmulo do estadista. Lula, até o momento, está dando uma de estadista, esquecendo as promessas vãs que todo político faz em campanha.

A boa notícia é que o Governo já entendeu que governar não é a mesma coisa que criticar irresponsavelmente, e só os militantes, sejam eles parlamentares, líderes sindicais ou simples devotados às causas *petistas*, não se conformam com a adesão do Governo à realidade e ficam exigindo mudanças radicais, especialmente na economia. O assunto está longe de ser uma novidade na política. *Lord Roy Jenkins*, um político liberal inglês autor da formidável biografia de Churchill, faz, a respeito dos militantes do Partido Conservador que quase derrotam Churchill em uma eleição distrital, o seguinte comentário: «As dificuldades de manter o entusiasmo sem dar aos militantes poder

excessivo tem sido um dos problemas perenes da governação democrática. Os militantes são uma força contra o bom-senso e a ação do estadista». Como se vê, mudam os períodos históricos, mudam as tendências partidárias, mas as questões continuam basicamente as mesmas.

O grande problema de Lula é que os militantes do PT, tantos anos acostumados a criticar sem necessidade de oferecer alternativas viáveis, agora querem que o Governo governe sem base na realidade. Junte-se a isso a falta de experiência administrativa do PT, e tem-se impressão de que o Governo vai aprendendo no tranco, *on the job*, se surpreendendo a cada instante e acusando sempre genericamente uma herança maldita por tudo de ruim que acontece. Na política americana há um ditado que diz que o único Presidente que não culpou seu antecessor pelos problemas foi George Washington.

Além do mais, essas são críticas que o PT faz há muitos anos. Significa que faziam críticas, mas não tinham um plano alternativo para colocar em execução. E aquele pessoal todo que aparecia nas propagandas de Duda Mendonça, o que fazia andando de um lado para o outro cheio de papéis nas mãos, caras seríssimas, como se resolvessem os destinos do país? Era tudo figuração? A necessidade de compatibilizar a responsabilidade do Governo com as ânsias mudancistas dos militantes, alimentadas por eles mesmos para chegar ao poder, faz com que as contradições pululem.

O caso da reforma da Previdência é exemplar. O PT passou oito anos sem dar a menor chance ao debate da questão, recusando liminarmente apoio a qualquer iniciativa nesse campo. De repente, assume propostas até mais radicais que as apresentadas nos governos anteriores. Mesmo aqueles que apóiam a reforma não podem deixar de ficar desconfortáveis com tamanha mudança de personalidade política. Imagine então o pobre do militante *petista*. Fica no ar um desagradável cheiro de engodo. E as contradições desse processo geram especulações que tornam ainda mais inseguro o ambiente político.

O Governo Lula, até o momento, parece um clone dos de Fernando Henrique Cardoso. Como se sabe, clones não têm alma. E sofrem de envelhecimento precoce. Faz bem o Presidente Lula, nos momentos de humildade, em pedir paciência a seu povo, e também que não exijam dele perfeição pois todos somos humanos e falíveis. Faz bem porque, do jeito que a coisa vai, ele se transforma em santo sem capacidade de fazer milagres, o que gerará uma tremenda frustração nos seus fiéis. E faz bem também porque, depois de passar os últimos dez anos exigindo perfeição dos outros e sem paciência nenhuma, Lula agora tem que explicar aos seus seguidores como deve tocar a música nos seus anos de poder.

Está provado que não basta ter essa coisa etérea e nunca bem explicada chamada «vontade política» para dar um jeito nas coisas complicadas do país.

Como por exemplo, na alta dos juros que tanto constrange nosso Presidente. Paciência e boa vontade são virtudes necessárias para superar os obstáculos que se apresentam pela vida, e é justo que Lula as peça ao respeitável público, embora nunca as tenha exercitado na oposição. Agora que chegou lá, Lula vai descobrindo as dificuldades do dia a dia, vai tendo que engolir sapos como jamais imaginou. Para quem já foi apelidado «sapo barbudo» por Brizola, que o engoliu a contragosto, mas até morrer não o digeriu direito, é uma mudança e tanto.

Apesar de todas as dificuldades, o Governo Lula já vai dando sinais de vida em setores que falam diretamente ao cotidiano do cidadão e por isso sua popularidade se mantém praticamente intacta nesses primeiros dois anos de Governo. Mas a realidade volta e meia persegue as promessas do período oposicionista. Por enquanto seu povo continua disposto a ter paciência, à espera de dias melhores. Mas, até quando a retórica do líder populista vai suplantar a incapacidade de realização?

Sabe-se que se pode fazer qualquer coisa com os números, especialmente em tempos de campanha eleitoral. O problema é quando, vitoriosos pela sua manipulação, os vencedores são perseguidos por eles, implacáveis como a realidade. Temos nos dias de hoje exemplos claros de como os números do PT são diferentes dos números do Governo, especialmente quando é o PT que está no Governo. Durante anos a fio, auxiliado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o PT fez campanha denunciando que tínhamos 50 milhões de famintos. Esse era o mote da Campanha Contra a Fome nos últimos dez anos, idealizada pelo falecido sociólogo Betinho. Esse número escandaloso, quase obsceno, foi utilizado em todas as campanhas eleitorais do PT, inclusive nessa última, da qual Lula saiu eleito Presidente com uma obsessão, a campanha Fome Zero, que já lhe valeu uma prematura indicação ao Prêmio Nobel da Paz.

Mal a campanha saiu do papel para a realidade, porém, o número de famintos brasileiros começou a criar problemas reais para o Governo, que não tem dinheiro para matar a fome desse imaginário contingente de famintos de cujo tamanho, até mesmo Lula desconfia. Recentemente, no documentário «Entreatos» do cineasta João Moreira Salles, Lula aparece no intervalo de um comício da campanha presidencial de 2002 comentando com um assessor sobre o número de brasileiros que passam fome e admite que não acredita que sejam 50 milhões de pessoas.

Recente pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), instituto de pesquisas ligado ao Ministério do Planejamento, mostra que temos no máximo 8 milhões de pessoas realmente famintas. Continua sendo uma tragédia. Mas uma tragédia menor e, sobretudo, mais administrável. Era

uma oportunidade ímpar para o Governo Lula redirecionar seus programas sociais, adequando-os aos novos números oficiais.

O gênio matemático Einstein tinha sobre sua mesa, na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América, uma frase que dizia: «Nem tudo o que é contabilizável, conta. Nem tudo o que conta é contabilizável». Este é o caso das estatísticas da pobreza brasileira. Não importa se somos 50, 30 ou 15 milhões de brasileiros excluídos, ou se existem 30% a mais ou a menos de famintos. Qualquer campanha, mesmo assistencialista como parece ser esta Fome Zero, deve ser aplaudida, mas é preciso despolitizar números de tragédias como essas.

Embora não tenha tido ainda coragem de rever os números da fome e adequar à realidade o Programa Oficial, é verdade que Lula está se tornando pró-digo em autocríticas a esse tipo de comportamento, o que só o engrandece. O PT no Governo é tão bom de autocrítica quanto o foi em críticas quando estava na oposição, ninguém pode negar. A autocrítica é um instrumento muito utilizado pelos partidos de esquerda, especialmente os de origem maoista. O Grande Timoneiro dizia que o militante deveria ser «modesto e prudente, prevenido contra a arrogância e imbuído do espírito de autocrítica».

O crítico de arte Mário Pedrosa, em uma carta de 1980 na qual aderiu ao recém-fundado Partido dos Trabalhadores, escreveu: «Partido de massa não tem vanguarda. Ele é o que é, guia-se por sua prática, acerta por seu instinto. Quando erra, não tem dogmas e pela autocrítica refaz seus erros». Não há, nesse termo de adesão, nenhuma tentativa de camuflar o caráter experimental da nova agremiação política. Como todo gênio, Mário Pedrosa era premonitório e a prática de autocríticas e «fazer o caminho ao caminhar», como na lírica do poeta sevilhano do século XIX Antonio Machado, continua presente no PT, embora agora a coisa seja mais grave pois o partido, afinal, chegou ao Poder.

Assim é que o Governo faz autocríticas as mais variadas no decorrer desses dois anos. O senador Aloizio Mercadante e o ministro da Fazenda Antonio Palocci foram os precursores ao admitirem que o PT fez mal em não apoiar as reformas no Governo de FHC. Depois, foram atingidos pelo *fogo amigo* do Presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, que admitiu que agiram mal deliberadamente, «na luta pelo poder». O próprio Presidente Lula, na descontração verbal que já está se tornando sua marca registrada, comentou que só dá para fazer bravatas na oposição, numa clara admissão de que o PT passou os últimos anos bravateando coisas que, chegando ao Governo, não pode realizar.

Outro exemplo de como governar é diferente de fazer oposição: os procuradores da República, antes aliados incondicionais do PT, agora acusam o Governo de querer implantar a lei da mordça, que o PT tanto combateu nos

tempos oposicionistas. Tudo porque o ministro José Dirceu andou criticando os procuradores, que estariam vazando informações sigilosas sobre o processo do assassinato do Prefeito de Santo André, o *petista* Celso Daniel, que seria o coordenador da campanha de Lula, cargo em que foi substituído por Palocci.

Dirceu acusa os procuradores – e a imprensa – de estarem trabalhando a favor de grupos políticos adversários, criando constrangimentos ao Governo. O PT sabe do que está falando. Na oposição, usou durante anos uma ligação estreita com o Ministério Público e alguns de seus membros claramente *petistas*, para divulgar informações contra os governos a que se opunha.

A máxima «faça o que eu digo, não faça o que eu faço» se aplica como uma luva a várias decisões do Governo *petista*, como no caso do Presidente do Banco Central, que recebeu status de ministro e, em consequência, foro especial em caso de processo. O PT sempre foi contra o chamado «foro privilegiado» para as autoridades governamentais – de outros governos, evidentemente. A luta mais emblemática foi a que se travou no Congresso no final do Governo FHC, para dar esse foro especial a ex-presidentes, ex-ministros e outras autoridades, a fim de evitar que, saindo do Governo, fossem perseguidos por uma enxurrada de processos. Não foi possível aprovar uma lei nesse sentido, pela dura oposição do PT. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal acabou definindo a questão, a favor do foro especial.

Estamos assistindo, na verdade, à reedição de uma disputa recorrente na esquerda mundial sobre o papel dos partidos socialistas. O chamado «núcleo duro» do PT parece que já resolveu o dilema: chegando ao poder, o PT abandonou o caráter de partido da revolução social para assumir um papel de defensor das reformas sociais, dentro de uma sociedade democrática regida pela vontade da maioria. Quando Lula enfatiza que é o Presidente de todos os brasileiros, e ressalta o fato de que, no PT, a vontade da maioria tem que prevalecer, ele está negando o caminho revolucionário, que ainda encanta certa ala do partido.

Um paradoxo político com o qual Lula está convivendo surpreendentemente bem é ter que manter uma coerência de atitudes na Presidência que revela uma incoerência com a atuação partidária anterior. É uma coerência recente que não pode ser medida em comparação com decisões anteriores, coerência política que se coaduna com a disposição de ser Presidente de todos os brasileiros. Mas, para acalmar a esquerda que ainda o apóia, e também para manter viva a imagem de candidato permanentemente em campanha, Lula cada vez mais dá vazão a seu lado de líder populista. À falta de realizações para mostrar, continua no palanque, prometendo muito e acusando seus antecessores.

Para levar seu plano de candidatura adiante em 2002, ele insistiu na necessidade de fazer alianças políticas fora do espectro da esquerda e quase o teve inviabilizado pela atuação radical de setores do PT. Não fosse persistente por personalidade e não tivesse o controle do partido, por liderança incontestada, Lula não teria conseguido aprovar o acordo com o Partido Liberal que abriu caminho para uma política de alianças amplas que permitiu fazer uma base aliada imensa no Congresso. Mas o chamado «presidencialismo de coalizão» encontra resistências no PT e não se traduz em espaços políticos importantes para os partidos aliados, o que gerou essa revolta na Câmara dos Deputados.

Lula pede sempre que não o julguem apenas por alguns meses de administração, mas sim ao final do mandato. E agora saiu com essa: um Governo só começa no terceiro ano. Seria um pedido razoável se não partisse do líder de um partido que se acostumou a cobrar minuto a minuto a atuação de seus adversários. Seria fácil atender se ainda não estivesse fresca na memória a campanha presidencial, onde o candidato do PT garantia mudar tudo assim que assumisse, prometendo sandices como duplicar cada real investido e aumentar as verbas sociais pelo simples fato de que, assumindo a máquina administrativa, o grau de corrupção diminuiria imediatamente, fazendo brotar dinheiro onde não havia um centavo.

Ainda não foi possível checar a primeira promessa, pois não há reais para investimentos. E, como se vê, não diminuiu a corrupção. Ao contrário, a percepção da opinião pública é de que ela aumentou no Governo Lula, embora seja aceitável a tese do Governo de que a percepção aumentou porque a Polícia Federal está fazendo um amplo combate à corrupção e prendendo mais pessoas envolvidas em falcaturas. Dois anos e meio depois da posse, a realidade mostra-se mais árdua do que as fantasias eleitorais, e as esperanças irresponsavelmente despertadas começam a se transformar em decepção. O Presidente Lula vem se vangloriando pelo mundo de que conteve uma grave crise econômica, «herança maldita» legada pelo Governo de seu antecessor. O grande feito de Lula até agora, no entanto, foi simplesmente não ter feito o que há vinte anos ameaçava fazer.

Romper com o FMI, por exemplo. A idéia de que não renovando um acordo o Brasil demonstra estar maduro para continuar cumprindo seus compromissos mesmo sem um avalista oficial, parece tentadora à primeira vista. Mas pode gerar em alguns momentos mal-entendidos passíveis de provocar crises econômicas artificiais. A esquerda *petista*, por exemplo, estava apenas esperando que o acordo não fosse prorrogado para aumentar a pressão sobre a política econômica. Há quem tema que o ministro Antonio Palocci fique fragilizado politicamente sem o apoio do FMI. Só o tempo provará se já estamos em

condições de liberar os gastos públicos, não apenas de estatais, mas também de Estados e Municípios, de um rígido controle do próprio Governo Federal supervisionado pelo FMI. Tudo indica que ainda não alcançamos este estágio de maturidade fiscal. Tanto que os gastos públicos cresceram enormemente com contratações para várias áreas do Governo.

Para se entender o Governo Lula é preciso primeiro entender a estrutura organizacional do PT e a cabeça de seus dirigentes. O Governo ainda se organiza baseado nessa estrutura, e na lógica dos principais dirigentes *petistas*, a maioria formada de sindicalistas. O grupo Articulação está no poder, como esteve sempre no poder no Partido dos Trabalhadores, salvo um pequeno período em que todos os demais grupos se uniram contra ele e tomaram o comando partidário. Nessa ocasião, ao grupo liderado historicamente por Lula coube apenas a secretaria-geral, que foi ocupada por Gilberto Carvalho, hoje secretário-particular do Presidente. E a Articulação perdeu todas as votações internas nesse período.

De volta ao poder o grupo colocou em prática a tática do rolo compressor, a mesma usada hoje, acionada pelo mesmo homem, o chefe da Casa Civil José Dirceu, que não hesitou nem mesmo quando teve que atropelar seu companheiro de lutas estudantis, Vladimir Palmeira, que teimava em ser candidato ao Governo do Rio quando o partido queria fazer uma aliança nacional com o PDT e, no Rio, isso significava apoiar Garotinho, com Benedita de vice. Hoje, Vladimir Palmeira estuda voltar ao PT, depois de um longo tempo afastado da política por decisão própria, desiludido; Garotinho está no PMDB com apoio da ala anti-Governo; o PDT de Brizola está na oposição e Dirceu afastado, pelo menos formalmente, do comando político do Governo.

A mudança de rumo da candidatura de Lula na última eleição, com a chapa de aliança formal com o Partido Liberal, foi decidida pelo pequeno grupo que hoje literalmente cerca o Presidente no Palácio do Planalto, que representa o núcleo de comando do Articulação e, por conseguinte, do PT. Ali já estava claro para eles que seria impossível governar apenas com os diversos grupos que formavam o PT e os demais partidos de esquerda, e que a sociedade brasileira rejeitaria mais uma vez a candidatura de Lula se não fossem dados sinais de que ela seria mais ampla do que sempre fora.

O PT, porém, continua se debatendo em uma crise de identidade que faz com que não saiba mais se é um partido do Governo ou um partido no Governo. Trinta dos 91 deputados federais fazem parte da esquerda, que reivindica mais espaço para discussões dentro do partido. Acusam o PT de ter virado mera correia de transmissão do Governo, a exemplo dos antigos partidos socialistas. Na verdade, esse grupo está é contra o Programa do Governo, e aqui voltamos ao dilema *petista*: ser um partido no Governo ou do Governo?

O Programa do Governo não é mesmo o Programa *petista*, pois um Governo de coalizão exige negociações políticas que muitas vezes contrariam o ponto de vista de um ou mais partidos que o compõem. O Governo é de centro-esquerda, pressionado por aliados políticos que cada vez mais exigem espaço. E o PT anda cada vez mais social-democrata e centrista-moderado. Há quem ache que, às vezes, no seu pragmatismo de poder, tem até menos pruridos que o *tucanato*.

Não passa de uma teoria irrealista a idéia de que o PT tem que ser independente do Governo. É a boa ou má *performance* do Governo que vai dar ao partido uma vitória nas eleições. Ou derrotá-lo no seu sonho de permanecer no poder. O Presidente do PT, José Genoino identificou como razão principal da derrota *petista* nas eleições municipais uma bem sucedida campanha da oposição para instalar no país um clima anti-*petista*, baseada na acusação de que o partido é autoritário e não sabe fazer alianças políticas. Ou melhor: faz alianças apenas quando não coloca em risco sua hegemonia e mesmo assim não cumpre os acordos feitos.

O Presidente do PT tem razão em temer que essa face *petista* se sobreponha à outra, a da paz e amor que caracterizou a campanha presidencial vitoriosa que levou Lula ao Palácio do Planalto. O autoritarismo do PT não estaria patente apenas na incapacidade de fazer alianças políticas, mas em algumas iniciativas do Governo, como a tentativa de controlar a imprensa e as produções culturais com a criação de conselhos estatais, e em declarações de ministros que deixariam à mostra uma face política radical que estaria apenas aguardando um bom momento para se manifestar mais claramente.

A partir do projeto do Ministério da Cultura de criação da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual, o poder público teria poderes para interferir na programação da televisão e direcionar o financiamento de filmes, e toda a produção cultural de maneira geral, para temas que estivessem em sintonia com as metas sociais do Governo. Também a produção jornalística estaria sujeita a tais condicionamentos, pois o Governo está convencido de que é através do noticiário que a imagem de um país é criada, tanto internamente quanto no exterior.

O Conselho Nacional de Jornalismo teria a finalidade de controlar o exercício da profissão e poderes para punir, até mesmo com a cassação do registro profissional, os jornalistas que infringissem normas de conduta que seriam definidas pelo próprio Conselho. Uma clara tentativa de cercar a liberdade de imprensa. Uma vitória esmagadora do PT nas recentes eleições municipais, por exemplo, seria o pretexto para explicitar políticas de caráter socialistas por que ainda anseiam alguns membros do Governo. Um exemplo disso seria a reforma universitária proposta pelo ministro da Educação Tarso Genro,

que está sendo acusada de submeter a autonomia universitária ao corporativismo e ao dirigismo estatal. De ter um cheiro antigo de marxismo.

Já em seu novo livro intitulado «Esquerda em Progresso», lançado quando já era ministro da Educação, Genro propunha nada menos que o rompimento com o que chama de «globalização financeira», e novas alianças políticas internacionais que possam sustentar um projeto nacional de caráter socializante. Essa ruptura todo mundo sabe do que se trata: calote no que o ministro chama «neo-rentismo especulativo». Além de Cuba, que mais precisa de ajuda do que pode ajudar, não consigo enxergar nenhum outro país que possa sustentar tamanha aventura, já que até a China dita comunista está entregue à «globalização financeira» e a Albânia de Enver Hoxa não existe mais. O ministro Tarso Genro defende ainda a democracia direta *à la* Hugo Chavez, com a «exacerbação da consulta, do referendo, do plebiscito e de outras formas de participação», um sistema muito ao gosto de governos populistas que querem suplantam o Congresso. E, por fim, propugna o ministro pelo controle dos meios de comunicação através de Conselhos de Estado.

Agora, com a derrota na Câmara, em vez da ampliação do diálogo, a esquerda tenta reverter a situação levando o Governo a reduzir sua base parlamentar, segregando-a nos partidos de esquerda, e usando a popularidade do Presidente Lula para pressionar os partidos conservadores nas votações mais importantes. Uma espécie de *democracia direta* pontual. Nada indica que o Presidente Lula tomará esse caminho, que parece um suicídio político às vésperas da reeleição. Mas, a cada explicitação de pensamentos como esses, a cada disputa sobre a política econômica – o único setor que vai tendo resultados positivos no Governo – cristaliza-se nas classes média e alta que votaram em Lula, um temor de que o que seria o *verdadeiro PT* ainda venha a prevalecer no Governo.

Assim como para chegar ao poder teve que ampliar suas alianças a ponto de buscar um vice no PL dos evangélicos e apoios nas oligarquias nordestinas do PFL e do PMDB, Lula terá que deixar de lado mais claramente antigas alianças com movimentos sociais como o MST, ou com a esquerda socialista, para governar com setores mais amplos da sociedade. Se não o fizer, correrá o risco de ver-se rejeitado pelo mesmo eleitorado que o acolheu em 2002, que o fez pela primeira vez superar os 30% de votos em que o PT se situava historicamente.

Na eleição municipal isso já ocorreu, especialmente em Porto Alegre e São Paulo. Tensões políticas que trouxeram à tona, no início do Governo, antigos temores da classe média com relação ao Governo do PT podem voltar à cena, complicando ainda mais o cenário político para o Governo, que saiu das urnas municipais machucado por essa mesma classe média decisiva na sua

vitória em 2002. O Governo começa a buscar, atarantado, soluções *marqueteiras* para atrair de volta o apoio da classe média que parece ter perdido nas últimas eleições municipais – descongelar a tabela de desconto do Imposto de Renda é uma delas, que acabou prejudicada pelo aumento do imposto para os prestadores de serviço, que pegava de cheio os profissionais liberais da classe média e amplificou a posição contrária ao Governo de uma parcela da população que forma a opinião pública.

A atitude da classe média em relação ao Governo pode ser fator importante na definição da reeleição. A rejeição da classe média ao Governo, quando ocorre como agora, se deve, segundo pesquisas, mais à ineficácia da administração do que ao temor de radicalismos, que existe, mas está adormecido pela calma relativa que começa a se romper, e é localizado principalmente nas elites. A classe média está mesmo é espantada com o PT, com as decisões políticas do PT, que eram inimagináveis antes. Entendem também a manutenção da política econômica como a expressão de um temor reverencial, sinal de que o novo Governo tem medo de ousar, de ir além, por não querer errar e não ter confiança em si.

Os *petistas* seriam, enfim, pessoas que estariam aprendendo a governar. Outra constatação é a repulsa, pela classe média, à utilização da chamada máquina administrativa. Aterroriza muito a população, a partidarização das repartições públicas. Todo mundo está com muito medo do grande poder que o PT está exercendo, da ganância de poder que estariam exibindo. A classe média estaria reagindo a excessos que identifica no exercício do poder pelos *petistas*. Falam que quem nunca comeu melado, se lambuza. A classe média vê sindicalistas no poder, que levaram para lá o modo de ser, de viver, de negociar do sindicato, que nem sempre seria o mais adequado.

Os rumos pragmáticos que o Governo *petista* está tomando na área econômica surpreendem, mas são coerentes com um lado da história do partido que não se supunha pudesse prevalecer. Mas a tendência controladora e intervencionista presente a todo momento, torna instável o rumo do Governo, que garante espaços políticos a grupos de esquerda radical e mantém uma dualidade de posições que infunde desconfiança, especialmente nos investidores. A declaração do Presidente Lula, logo no primeiro ano de Governo, de que nunca foi esquerdista, só surpreendeu os que não acompanham sua trajetória política.

O próprio Lula já contou que o PT nasceu para se contrapor ao trabalho que partidos políticos, especialmente o velho Partidão, faziam dentro das fábricas no ABC paulista, cooptando os operários. Lula gosta de se definir como sindicalista e, como tal, sempre foi um pragmático. O momento político em que atuou levava a que nessa defesa da classe operária, o movimento sindical

se contrapusesse aos militares, e seus aliados naturais eram das várias tendências da esquerda política. Muitos desses aliados de primeira hora encontram abrigo no Governo, emitindo sinais desencontrados sem que haja por parte do Presidente uma desautorização formal.

Na prática, ele tem dado ganho de causa sempre ao equilíbrio e ao bom-senso. Mas deixa seus radicais livres para pensar alto, e só faz confundir o ambiente político. Há um claro matiz ideológico socialista em alguns dos principais assessores do Governo, em diversas áreas. A defesa do Estado forte tanto serve a esse esquerdismo, quanto ao nacionalismo estatizante do qual Lula é tão adepto quanto o foi o General Ernesto Geisel, um dos ditadores brasileiros na época militarista. Daí a admiração de Lula pelo «planejamento» do Governo Geisel, já revelado em mais de uma ocasião.

Só resta saber se a ocupação, ou o aparelhamento da máquina administrativa do Governo que tanto assusta a classe média, é feita sem objetivo, apenas pelo exercício do poder como acusa o atual prefeito de São Paulo, José Serra (que chamou a tática *petista* de «bolchevismo sem utopia») ou se a utopia socialista continua na pauta do Governo, à espera de um momento político oportuno. Esse momento dificilmente surgirá daqui para frente, depois da grave crise política desencadeada pelas denúncias de corrupção. O Governo Lula poderá até ter uma segunda chance com a reeleição, o que ficou bastante mais difícil no atual quadro político, mas certamente não terá mais chances para uma mudança radical com que alguns ainda sonham.